



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

## PORTARIA PRESI - 8278300

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para o triênio de 2018-2020.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista a o constante nos autos do PAe/SEI 0024565-89.2018.4.01.8000,

### CONSIDERANDO:

- a) o disposto no Parágrafo Único do Artigo 6º da Resolução CNJ 211, de 15 de dezembro de 2015, que determina a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- b) a Resolução CJF 313/2014 de 22 de outubro de 2014, que define o Planejamento Estratégico de TI da Justiça Federal – 2015-2020;
- c) a [Resolução Presi 29 de 17 de dezembro de 2014](#), que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e atribui ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI-TRF1 a competência para aprovar o PDTI, após a sua validação pelo Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1;
- d) a deliberação do CGI, em sua 21ª Reunião realizada em 22/11/2017, conforme Ata de Reunião 5162203, que aprovou o Plano Diretor de TI da Justiça Federal para o biênio 2018-2020,

### RESOLVE:

**Art. 1º** DIVULGAR o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para o triênio de 2018-2020, na forma estabelecida nos Anexos desta Portaria:

I – Anexo I: Descritivo do PDTI.

II – Anexo II: Iniciativas do PDTI.

**Art. 2º** O PDTI poderá ser atualizado, a qualquer tempo, mediante ato do CGTI-TRF1, após consulta ao CGER-TRF1 quanto ao alinhamento estratégico.

**Art. 3º** Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin:

I – acompanhar, monitorar e divulgar a execução das iniciativas deste PDTI;

II – atualizar o conjunto de iniciativas deste PDTI mediante propostas dos comitês competentes, divulgando-as;

III – submeter, bimestralmente, as atualizações deste PDTI ao CGTI-TRF1, após consulta ao CGER-TRF1 quanto ao alinhamento estratégico;

IV – elaborar o *Relatório de Avaliação do PDTI* anterior, submetendo-o ao CGTI após análise do CGER-TRF1 quanto à execução da estratégia.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador Federal **CARLOS MOREIRA ALVES**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Moreira Alves, Presidente do TRF - 1ª**



Região, em 17/07/2019, às 06:39 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **8278300** e o código CRC **21ADE6BE**.

---



SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)  
0021357-97.2018.4.01.8000

8278300v5



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

## DESCRITIVO

PDTI-JF1 2018 – 2020

ANEXO I  
PORTARIA 8278300/2019

MEMBROS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

*Presidente*

CARLOS EDUARDO MOREIRA ALVES

*Vice-Presidente*

KASSIO NUNES MARQUES

*Corregedor Regional*

MARIA DO CARMO CARDOSO

*Desembargadores Federais*

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Italo Mendes

José Amilcar Machado

Daniel Paes Ribeiro

João Batista Moreira

Souza Prudente

Francisco de Assis Betti

Ângela Catão

Mônica Sifuentes

Néviton Guedes

Novély Vilanova

Ney Bello

Marcos Augusto de Sousa

João Luiz de Souza

Gilda Sigmaringa Seixas

Jamil de Jesus Oliveira

Hercules Fajoses

Carlos Pires Brandão

Francisco Neves da Cunha

Daniele Maranhão Costa

*Diretor-Geral da Secretaria*

Carlos Frederico Maia Bezerra

## Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. INTRODUÇÃO.....	6
3. METODOLOGIA APLICADA.....	7
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	8
5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	10
6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TI.....	11
7. DIRETRIZES.....	12
8. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI.....	13
9. CENÁRIO ESTRATÉGICO.....	14
10. OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	17
11. OBJETIVOS E INDICADORES TÁTICOS DE TI.....	19
12. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES E INICIATIVAS.....	21
13. PLANO DE AQUISIÇÕES DE TI.....	22
14. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO.....	23

# 1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região apresenta o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região– PDTI-JF1 para o período de 2018-2020, fruto do trabalho conjunto de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação junto às demais unidades do Tribunal e das Seções Judiciárias.

O PDTI-JF1 2018-2020 está em consonância com as orientações do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça no sentido de ser um instrumento alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PE-JF e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF, procurando estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e as ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.

O PDTI-JF1 2018-2020 representa o planejamento de TI da Justiça Federal da 1ª Região em nível tático, ou seja, o desdobramento do PE-JF e do PETI-JF, definindo ações, objetivos, metas e indicadores.

O processo de elaboração do PDTI-JF1 2018-2020 proporcionou oportunidades para questionamentos e reflexões tanto sobre a situação atual como as possibilidades para a construção de uma situação futura congruente com a visão de futuro da Justiça Federal da 1ª Região. Deste modo, demonstra ser um instrumento indispensável para o planejamento e a execução de ações sistêmicas e integradas objetivando contribuir com uma prestação jurisdicional célere e de qualidade, contando com o comprometimento e esforço conjunto de todos os envolvidos.

## **I – Objetivo**

Este PDTI-JF1 2018-2020 tem como objetivo sistematizar o planejamento da gestão de TI para o triênio 2018-2020, contemplando as necessidades da Justiça Federal da 1ª Região em termos de Tecnologia da Informação.

## **II – Abrangência**

As ações e metas apontadas neste documento foram definidas considerando necessidades identificadas junto às unidades do Tribunal e suas Seções e Subseções.

## **III – Período de Validade e Monitoramento**

O período de validade deste PDTI-JF1 2018-2020 compreende o triênio 2018/2020. As iniciativas, objetivos, metas, indicadores e resultados serão monitorados pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região – CGTI-JF1.

## 2. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e tem como objetivo identificar as ações necessárias ao alcance das metas nacionais e dos objetivos institucionais estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PE-JF e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF. O ciclo do PDTI-JF1 2018-2020 contempla o planejamento das iniciativas para os próximos três anos, subsidiando o processo anual de elaboração da proposta orçamentária. Deverá ser revisto e atualizado anualmente, ajustando-se de acordo com as alterações efetuadas no Planejamento Estratégico da Justiça Federal e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.

Os responsáveis pelo planejamento e elaboração da proposta de atualização e revisão do PDTI-JF1 2018-2020 são a Secretaria de Tecnologia da Informação – SECIN e a Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação – SECGE, além das áreas de negócios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O PDTI-JF1 2018-2020 deverá ser utilizado como instrumento de gestão e acompanhamento de execução das ações nele contempladas, o que permitirá a tomada de ações e medidas corretivas e preventivas, contribuindo para o alcance das metas do Planejamento Estratégico da Justiça Federal e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.



### 3. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia utilizada para elaboração do PDTI-JF1 2018-2020 orientou-se no PDTI-TRF1 2015-2017, assim como:

Resolução CJF 355, de 12 de agosto de 2015;

Resolução CNJ 211, de 15 de dezembro de 2015;

Guia de PDTI do SISP (Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática), versão 2.0;

Orientações do COBIT 5, criado pela ISACA – Information Audit and Control Association, atualmente editado pelo IT Governance Institute, que serve como padrão de melhores práticas internacionais para a governança e gestão de serviços de TI.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Normativo	Descrição
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Lei nº 11.798 de 29/10/2008	<p>Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Conselho da Justiça Federal, que funcionará no Superior Tribunal de Justiça, com atuação em todo o território nacional, a quem cabe a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, conforme estabelecido no inciso II do parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal.</p> <p>Art. 3º As atividades de administração judiciária, relativas a recursos humanos, gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e informática, além de outras que necessitem coordenação central e padronização, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, serão organizadas em forma de sistema, cujo órgão central será o Conselho da Justiça Federal.</p>
Lei nº 11.419 de 19/12/2006	Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.
Decreto-Lei nº 200 de 25/02/1967	Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.
Resolução CNJ 211/2015	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
Resolução CJF nº 355 de 12/08/2015	Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução CNJ 182/2013	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
Instrução Normativa SLTI/MPDG 4/2014	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação e determina que as contratações de TI devem ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI.
Resolução CJF 313/2014	Dispõe sobre a gestão da Estratégia da Justiça Federal para o período de 2015 a 2020 e aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal
Resolução Presi 29/2014	Dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e atribui ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI-TRF1, instituído pela Portaria Presi 411 de 26 de setembro de 2011, a competência para aprovar o PDTI.
Portaria Presi 257/2017	Institui grupo de trabalho para elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região –

Normativo	Descrição
	PDTI-JF1 para o triênio 2018 a 2020.
Instrução Normativa GSI/PR N. 1, de 13/06/2008.	Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.
Portaria SLTI 05/2005	Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISF, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do Documento.
Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Redação dada pela Emenda Regimental n. 7, de 26/08/2010 Atualizado até a Emenda Regimental 9, de 08/08/2013

## 5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

A seguinte tabela apresenta os documentos utilizados como apoio e referência na construção do PDTI-JF1 2018-2020.

Documento	Descrição
PDTI-TRF1 2015/2017	Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2015/2017 da Justiça Federal da 1ª Região
ESTRATÉGIA JUDICIÁRIO 2020	Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015/2020 - Estratégia Judiciário 2020, instituída pela Resolução n. 198 de 16.06.2014 do CNJ
PE-JF 2015/2020	Planejamento Estratégico da Justiça Federal – 2015 – 2020, instituído pela Resolução CJF n. 313/2014 de 22.10.2014
PETI-JF 2015/2020	Planejamento Estratégico de TI da Justiça Federal – 2015 – 2020, instituído pela Resolução CJF n. 313/2014 de 22.10.2014
COBIT® 5	APO2 – Gerenciar a Estratégia
ITIL – Information Technology Infrastructure Library.	Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI).
Modelo de Referência v. 2.0 do SISP	Modelo de documento para elaboração de PDTI, elaborado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

## 6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TI

A Resolução Presi 10 de 29/04/2014 alterou a estrutura organizacional do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, referendada pela Resolução Presi 26/2015, criou a Coordenadoria de Sistemas de Informação – Cosis, o Núcleo de Governança de TI - Nugti e as Seções de Gestão de Sistemas e Infraestrutura, vinculadas à Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, com objetivo de aplicar as melhores práticas de governança e gestão para garantir que o uso da TI esteja alinhado com a visão, missão e metas estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região.

De acordo com a estrutura da Secin, o Nugti será a unidade responsável pelo auxílio na condução dos trabalhos da Governança de TI, atuando no alinhamento com a área fim do Tribunal, direcionamento dos objetivos estratégicos de TI e controle das ações de TI. A Seção de Gestão de Infraestrutura Tecnológica e a Seção de Gestão de Sistemas de Informação farão o trabalho de gestão de TI, atuando no planejamento, execução e controle das ações definidas pela Governança de TI para as respectivas áreas de conhecimento.

Após as últimas alterações ocorridas na Secin, que incrementaram a força de trabalho de TI, o organograma da área foi ampliado como apresentado a seguir. Contudo é importante salientar que o quantitativo de pessoal da TI está muito aquém das necessidades que envolvem o negócio da Justiça Federal da 1ª Região, a qual abrange 14 Unidades da Federação, correspondendo a mais de 82% do território nacional.

## 7. DIRETRIZES

A definição das iniciativas constantes do PDTI-JF1 2018-2020 considera as seguintes diretrizes:

### **Em Desenvolvimento/Aquisição de softwares:**

- ter compatibilidade plena com a política de segurança de informação da Justiça Federal, garantido, no mínimo, a disponibilidade, a integridade, a confiabilidade, a autenticidade e o sigilo das informações;
- ser desenvolvido ou instalado a partir de metodologia de desenvolvimento de software, gestão de projetos e de governança;
- priorizar o uso de softwares públicos, preferencialmente de código aberto, garantindo compatibilidade, conectividade e interoperabilidade com os softwares existentes;
- garantir a priorização do desenvolvimento das soluções de Tecnologia da Informação previstas no PE-JF;

Os sistemas de informação de caráter nacional, previstos no PE-JF e de uso obrigatório, deverão ser desenvolvidos de forma colaborativa entre os órgãos da Justiça Federal, sob a coordenação do CJF.

### **Em contratações de Infraestrutura de Tecnologia da Informação**

Realizar as contratações de infraestrutura de TI em conformidade com a Política de Nivelamento de Infraestrutura da Justiça Federal;

- aplicar o Modelo de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF.
- adoção de contratações conjuntas com a participação dos demais órgãos da Justiça Federal.

## 8. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI

### **Missão**

A missão é a razão da existência da organização e define seu propósito institucional. A missão de tecnologia da informação da Justiça Federal é:

Garantir soluções tecnológicas efetivas para o cumprimento da função institucional da Justiça Federal.

### **Visão**

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Define o modo como a organização pretende ser percebida. A Justiça Federal definiu sua visão de tecnologia da informação para 2020:

Consolidar-se como área estratégica da Justiça Federal e ser reconhecida pela excelência e inovação de suas soluções.

### **Valores**

- Segurança da informação digital
- Qualidade
- Inovação
- Economicidade
- Ética
- Transparência

## 9. CENÁRIO ESTRATÉGICO

A Justiça Federal da 1ª Região tem como objetivo primordial o julgamento célere dos seus processos judiciais. Porém, com a abrangência e quantidade de demandas, o gerenciamento dessas demandas acaba tornando-se um dos principais fatores críticos para o alcance do referido objetivo.

É sabido que o quadro de servidores de TI está aquém do quantitativo necessário para atendimento adequado das demandas internas e externas e que tem apresentado aumento considerável em função da expansão e interiorização da Justiça Federal da 1ª Região, além do aumento do quantitativo de serviços, complexidade e criticidade dos sistemas e ambientes, sobretudo com a interiorização e com a implantação dos sistemas Processo Judicial Eletrônico – PJe e Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

### **Ambiente Interno**

#### **I - Pontos Fortes**

- Entrada de novos servidores de TI comprometidos com a melhoria da qualidade.
- Proatividade dos profissionais na busca de conhecimentos.
- Gestão participativa.
- Apoio da alta administração.

#### **II - Pontos Fracos**

- Imaturidade dos profissionais em Gestão e Governança de TI.
- Falta de processos de TI estruturantes.
- Baixo orçamento para TI.
- Quadro de servidores de TI insuficiente.
- Estrutura predial inadequada.
- Infraestrutura de TI instável.
- Gestão de contratos deficiente.
- Clima motivacional baixo.



## **Ambiente Externo**

### **I - Oportunidades**

- Maior integração com outros Tribunais por meio do compartilhamento de sistemas e de licitações conjuntas.
- Interesse e aproximação das áreas demandantes em melhorar a TI.
- Reconhecimento da alta administração de que a TI é estratégica.

### **II - Ameaças**

- Falta de padronização do uso de tecnologia
- Evasão de profissionais para outros órgãos
- Mudanças significativas no direcionamento tecnológico

## **Evolução da Governança de TI**

Para avaliar a situação de governança de TI na Administração Pública Federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem realizado levantamentos baseados em questionários que abordam práticas de governança e de gestão de TI previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas, publicando o Índice de Governança de Tecnologia da Informação – iGovTI-TCU. Os questionários vêm sendo aplicados desde 2007, tendo uma periodicidade bianual desde 2010.

Considerando as edições de 2014 e 2016, já houve uma evolução da Justiça Federal da 1ª Região, quanto ao índice do iGovTI-TCU, partindo de um nível de capacidade básico de 0,35 (2014) para um nível de capacidade, ainda básico, mas com evolução, medindo 0,44 (2016).

Corroborando a importância da temática, desde 2016 o CNJ elabora questionário sobre Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário, medindo o iGovTIC-JUD, composto pelo resultado da consolidação das respostas do questionário submetido aos órgãos pelo CNJ.

De forma análoga à melhoria evidenciada pelo iGovTI-TCU, a Justiça Federal da 1ª Região também demonstra evolução no iGovTIC-JUD. Em 2016, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região pontuou com 0,46, com nível de maturidade satisfatório; evidenciando evolução, na medição de 2017, o TRF1 pontuou com 0,57, também com nível de maturidade satisfatório.

Há uma preocupação geral no Judiciário Federal para o aprimoramento da Governança de TI em seus órgãos, o que levou o CJF a incluir uma meta específica para Melhoria da Governança de TI dentro do PE-JF e do PETI-JF, onde se pretende atingir até 2020 o índice mínimo de 0,6, de acordo com a medição do iGovTI-TCU.

No PDTI-JF1 2018-2020 foram previstas iniciativas pontuais para que a Justiça Federal da 1ª Região possa vir a atingir o índice proposto no PETI-JF.

## 10. OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

### Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de tecnologia da informação.

Indicadores	Metas
Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas	Atingir, até 2019, 70% de satisfação dos clientes internos
Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões atendimento e sistemas	Atingir, até 2020, 70% de satisfação dos clientes externos

### Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal

Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da Justiça Federal e as operações das áreas de TI e de negócio.

Indicador	Meta
Índice de governança de TI - iGovTI nas dimensões liderança, estratégia e planos, informações, pessoas e processos	Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5, em 2018, o índice mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6
Índice de execução do Plano Anual de Capacitação de TIC	Executar anualmente, no mínimo, 70% do Plano Anual de Capacitação de TIC.
Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC	Empenhar anualmente, no mínimo, 80% do Plano Orçamentário de TIC.
Índice de execução do Plano de Contratações de TIC	Empenhar anualmente, no mínimo, 80% do Plano de Contratações de TIC.
Índice de processo formal de desenvolvimento e sustentação de software	Implantar, até 2018, metodologia formal de desenvolvimento e sustentação de software
Índice de metodologia formal de Gestão de Riscos de TI	Implantar, até 2018, processo formal de Gestão de Riscos de TI

### Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal

Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Indicadores	Metas
Índice de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados pelos órgãos da Justiça Federal.	Atingir, em 2016, seis sistemas, em 2018, sete e, em 2020, oito.
Índice de contratações conjuntas de soluções de TI com a participação dos órgãos da Justiça Federal	Realizar, em 2015, uma contratação conjunta, em 2016, duas, em 2017, três, em 2018, quatro, em 2019, cinco e em 2020 seis.
Índice de nivelamento de infraestrutura de TI, conforme Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PNITI-JF	Prover, até 2018, um Centro de Dados principal para o tribunal e, até 2019, mais um Centro de Dados secundário para contingência que atendam aos requisitos mínimos de segurança e disponibilidade constantes da PNITI-JF.
	Atender totalmente, até 2020, os critérios de nivelamento mínimo de infraestrutura de TI, conforme cronograma proposto.
Índice de sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	Atingir, até 2018, 80% dos sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)

## 11. OBJETIVOS E INDICADORES TÁTICOS DE TI

Os objetivos táticos de TI são desdobramento dos objetivos definidos nos instrumentos estratégicos que norteiam a atuação da Justiça Federal da 1ª Região, tais como PE-JF, PETI-JF, etc.

Tais objetivos táticos têm inspiração na Cascata de Objetivos do COBIT 5, que mostra que as necessidades das partes interessadas devem ser transformadas em uma estratégia exequível pela organização. Essas necessidades são transformadas em objetivos corporativos, objetivos de TI e objetivos de habilitador, sendo um mecanismo de tradução da estratégia, garantido o completo alinhamento entre os objetivos da organização e de TI.

Cod.	Objetivos Estratégicos da JF		
	1. Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal (Objetivo Estratégico do PETI 2015/2020 da Justiça Federal)	2. Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal (Objetivo Estratégico do PETI 2015/2020 da Justiça Federal)	3. Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal (Objetivo Estratégico do PETI 2015/2020 da Justiça Federal)
	<b>Objetivos Táticos de TI</b>		
OT-01	Consolidar o Sistema de Governança e Gestão de TI da JF1.	X	X
OT-02	Prover e ampliar as soluções de TI que suportam as demandas administrativas e judiciais da JF1	X	X
OT-03	Garantir a infraestrutura e os recursos tecnológicos adequados às atividades da JF1	X	X
OT-04	Primar pela satisfação dos clientes de serviços e soluções de TI da JF1	X	X

Os indicadores táticos de TI tem a função de explicitar se a organização está alcançando os objetivos táticos de TI de acordo com o que foi planejado.

Objetivos Táticos de TI	
Cod.	Indicadores Táticos de TI
IT-01	Índice de execução das iniciativas de Aquisição X
IT-02	Índice de execução das iniciativas de Atendimento X
IT-03	Índice de execução das iniciativas de Capacitação X
IT-04	Índice de execução das iniciativas de Governança X
IT-05	Índice de execução das iniciativas de Infraestrutura X
IT-06	Índice de execução das iniciativas de Processo X
IT-07	Índice de execução das iniciativas de Sistema X
OT-01	Consolidar o Sistema de Governança e Gestão de TI da JF1.
OT-02	Prover e ampliar as soluções de TI que suportam as demandas administrativas e judiciais da JF1.
OT-03	Garantir a infraestrutura tecnológica adequada às atividades da JF1.
OT-04	Primar pela satisfação dos clientes de serviços e soluções de TI da JF1.

Cada indicador tático de TI possui metas para cada um dos anos do período de vigência deste PDTI e é calculado baseado na execução de iniciativas realizadas e iniciativas planejadas para determinado período, em uma periodicidade bimestral.

## 12. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES E INICIATIVAS

Conforme reunião de alinhamento inicial para elaboração do PDTI-JF1 2018-2020, realizada em 18/08/2017, em atendimento ao art. 3º da Portaria Presi 257, a Secretaria de Tecnologia da Informação - Secin apresentou a metodologia de trabalho e a Planilha Coleta de Necessidades PDTI 2018/2020, para levantamento das necessidades de TI pelas unidades do Tribunal, de forma consolidada em relação a toda a JF1 (Tribunal, seções e subseções judiciárias), para o triênio 2018-2020.

Com o recebimento das planilhas de todas as unidades do Tribunal, foram identificadas mais de 600 necessidades no geral. A partir de uma consolidação dessas necessidades e análise conjunta pelas unidades da Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin foram identificadas quase 200 “necessidades candidatas”, representando as questões mais prementes para a Justiça Federal da 1ª Região em relação à TI, culminando na definição das iniciativas consolidadas constantes do PDTI-JF1 2018-2020.

As necessidades candidatas, além de terem sido subsídios para a definição das atuais iniciativas consolidadas constantes do PDTI-JF1 2018-2020, serão individualmente priorizadas junto aos gestores em conjunto com as demais demandas catalogadas na Secretaria de Tecnologia da Informação – SECIN.

### 13. PLANO DE AQUISIÇÕES DE TI

Após a consolidação das necessidades constantes do PDTI-JF1 2018-2020, foi elaborado o Plano de Contratação de Soluções de TI da Justiça Federal da 1ª Região – PCSTI-TRF1 para o ano de 2018. Para a confecção desse plano foram consideradas as demandas constantes do PDTI-JF1 2018-2020 e a Política de Nivelamento de Infraestrutura de TI da Justiça Federal. Havendo necessidade, o PCSTI-TRF1 2018 poderá ser ajustado de acordo os limites orçamentários.

Nas revisões periódicas do PDTI-JF1 2018-2020, a ocorrer anualmente em 2018, 2019 e 2020, no mês de novembro, serão analisadas as ações propostas, o que foi executado, as dificuldades e distorções na execução do plano, quando serão propostas alterações e correções necessárias. Ao longo do período de vigência deste Plano, haverá adequações do mesmo, quando também serão elaborados o plano de contratações e a proposta orçamentária para os anos subsequentes.



## 14. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Os fatores críticos de sucesso se referem às condições que devem, necessariamente, ser satisfeitas para que o PDTI-JF1 2018-2020 alcance a efetividade esperada e se torne um importante instrumento para o aperfeiçoamento da governança do órgão. Foram identificados os principais fatores críticos:

- Participação ativa do CGTI-TRF1.
- Monitoramento das ações associadas ao PDTI-JF1 2018-2020.
- Realização de revisões periódicas do PDTI-JF1 2018-2020 para contemplar mudanças na estrutura organizacional ou alterações nas diretrizes estratégicas.
- Envolvimento e comprometimento das áreas de negócio no acompanhamento de suas ações previstas no PDTI-JF1 2018-2020.
- Disponibilidade orçamentária e de recursos humanos.
- Apoio da alta administração da JF1.

**PORTARIA PRESI 8278300/2019 – ANEXO II**  
**PLANO DIRETOR DE TI DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO - PDTI-JF1**

PRIORIZAÇÃO	INICIATIVA DO PDTI-JF1 2018/2020			METAS			ÁREA	Unidade Responsável	ID	ALINHAMENTO OBJETIVO
	ID	CATEGORIA	INICIATIVA	2018	2019	2020				
1	96	Aquisição	Prover serviço terceirizado de aferição de métricas de serviços de desenvolvimento de sistemas	100%	100%	100%	SISTEMA	SEGS	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.
2	85	Sistema	Adequar os sistemas de informação da JF1 para atender ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.	100%	100%	100%	SISTEMA	SESPE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1
3	94	Sistema	Evoluir o Sistema de Requisição de Pagamentos para: - adequar à Resolução CJF 458/2017 e Portaria TRF1/Presi 298/2017; - acordo TCU 2732/2017 e 235/2018;	60%	100%	100%	SISTEMA	SES1	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1
4	65	Sistema	Concluir a implantação do sistema PJe em toda a JF1 para todas as classes processuais, integrando com os demais sistemas em uso na JF1.	40%	100%	100%	SISTEMA	DIPSI	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1
5	29	Aquisição	Prover solução para suportar o processo de desenvolvimento de sistemas de informação (ALM) na JF1.	40%	100%	100%	SISTEMA	SEGS	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.
6	75	Sistema	Prover certidão de disponibilidade de sistemas de informação em atendimento à Portaria TRF1/Presi 169/2017.	100%	100%	100%	SISTEMA	SEADS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1
7	1	Aquisição	Prover serviço terceirizado de aferição da qualidade dos sistemas de informação desenvolvidos na JF1, contemplando licenças do software para aferição automática da qualidade do código fonte, imprescindíveis à complementação do contrato de Fábrica de Softwares.		50%	100%	SISTEMA	SEGS	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.
8	2	Aquisição	Prover serviço terceirizado de administração dos dados custodiados pela JF1 imprescindível à complementação do contrato de Fábrica de Softwares.		50%	100%	SISTEMA	SEGS	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.
9	3	Aquisição	Prover serviço terceirizado de controle da configuração e das mudanças dos sistemas de informação desenvolvidos na JF1 imprescindível à complementação do contrato de Fábrica de Softwares.		50%	100%	SISTEMA	SEGS	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.
10	66	Sistema	Migrar para o PJe e desativar os sistemas judiciais legados.	10%	30%	60%	SISTEMA	SEGIS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1
11	86	Sistema	Evoluir o sistema TRF1-Doc, integrado ao e-Cint, para que seja a única forma de produção, tramitação, publicação de documentos para processos físicos e citação/intimação. Atualizar solução de fila de mensageria.	100%	100%	100%	SISTEMA	SEGIS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1
12	87	Sistema	Evoluir os sistemas judiciais para: - adequar ao Procin-JUD; - adequar à Resolução CNJ 235/2016 (Banco Nacional de Precedentes); - adequar ao novo CPC; - adequar à Resolução CJF 459/2017; - permitir o cadastro de processos dos séculos XVIII, XIX e XX.	20%	65%	100%	SISTEMA	DISU	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1

**PORTARIA PRESI 8278300/2019 – ANEXO II**  
**PLANO DIRETOR DE TI DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO - PDTI-JF1**

PRIORIZAÇ ÃO	INICIATIVA DO PDTI-JF1 2018/2020				METAS			ÁREA	Unidade Responsável	ID	ALINHAMENTO OBJETIVO
	ID	CATEGORIA	INICIATIVA		2018	2019	2020				
17	69	Sistema	<p><b>Evoluir o Sistema de Cálculos da Justiça Federal - SCJF:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- concluir o módulo previdenciário (Tempo de Contribuição e Desaposentação);</li> <li>- permitir juros remuneratórios e ano comercial (360 dias) e civil (365 dias) no cálculo de Expurgo de Poupança;</li> <li>- permitir cálculo de processos relativos aos juros progressivos de FGTS;</li> </ul>	100%	100%	100%	SISTEMA	SESI2	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
23	90	Sistema	<b>Criar o Módulo de Correição Eletrônica.</b>	60%	100%	100%	SISTEMA	SESI1	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
19	111	Sistema	<b>Atualizar a versão da plataforma tecnológica do eDJF1 e da Biblioteca Digital e reformular os sistemas.</b>	100%	100%	100%	SISTEMA	SEADS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
20	79	Sistema	<b>Prover novo Sistema de Controle de Viagens a Serviço para atender a toda a JF1 (AVS).</b>	60%	100%	100%	SISTEMA	SESGE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
21	110	Sistema	<b>Prover Sistema Educador Judiciário</b>	80%	100%	100%	SISTEMA	SEADS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
22	84	Sistema	<b>Atualizar para a última versão a plataforma tecnológica do Portal da JF1.</b>	20%	60%	100%	SISTEMA	SEADS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
18	95	Sistema	<p>Evoluir o sistema e-Mandado</p> <p>Criar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- módulo criminal;</li> <li>- módulo de execução de pena (sugestão de integrar com o SEEU do CNJ);</li> <li>- integrar com o BNMP 2.0 (Banco de Monitoramento de Prisões - CNJ);</li> <li>- integrar com os Sistemas de Mandado de Prisão e Alvará de Soltura Eletrônico;</li> <li>- integrar com o cadastro Bens apreendidos – CNJ;</li> <li>- módulo de sorteio de colegiados.</li> </ul>	25%	60%	100%	SISTEMA	SESI1	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
24	74	Sistema	<b>Remodelar e complementar o módulo de programação orçamentária do sistema e-Orçamento e desenvolver os módulos de Planejamento Financeiro e Execução Financeira.</b>	20%	40%	50%	SISTEMA	SESGE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
25	70	Sistema	<b>Redesenvolver o Sistema de Cálculos da Justiça Federal - SCJF na plataforma Web.</b>		10%	30%	SISTEMA	SESI2	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	
26	82	Sistema	<b>Prover novo Sistema de Contratos na plataforma web para atender a toda a JF1</b>	20%	50%	100%	SISTEMA	SESGE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1	

**PORTARIA PRESI 8278300/2019 – ANEXO II**  
**PLANO DIRETOR DE TI DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO - PDTI-JF1**

PRIORIZAÇÃO	INICIATIVA DO PDTI-JF1 2018/2020				METAS			ÁREA	Unidade Responsável	ID	ALINHAMENTO OBJETIVO
	ID	CATEGORIA	INICIATIVA		2018	2019	2020				
33	10	Aquisição	Prover serviço de acesso redundante à internet no TRF1.				INFRA		OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
34	11	Aquisição	Prover serviço de comunicação de dados metropolitano (MAN) para interligação dos edifícios anexos do TRF1, seções e subseções às suas respectivas sedes.	100%	100%	100%	INFRA	SERED	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
35	44	Atendimento	Promover a substituição da solução de automação de escritório Microsoft Office por solução baseada em software livre.	100%	100%	100%	ATENDIMENT	SEART	OT-04	Primar pela satisfação dos cli soluções de TI da JF1	
36	19	Aquisição	Modernizar e expandir a solução de videoconferência e descentralizar a sua operação às seções e subseções judiciárias.	100%	100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
37	16	Aquisição	Atualizar e complementar licenças dos softwares da Autodesk utilizados na JF1.	100%	100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
38	15	Aquisição	Atualizar e complementar licenças dos softwares da Adobe utilizados na JF1.	100%	100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
39	13	Aquisição	Prover solução de impressão para a JF1 em atendimento à PNITI-JF (Resolução C-JF 355/2015) e à recomendação do CJF decorrente de inspeção administrativa em 2015 (Ofício C-JF-OFI-2015/05437 - 1450345).	10%	50%	100%	ATENDIMENT	DIATU	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
40	60	Atendimento	Prover Central de Serviços de TI Regional - CSTI Regional.	10%	20%	50%	ATENDIMENT	SEART	OT-04	Primar pela satisfação dos cli soluções de TI da JF1	
41	20	Aquisição	Prover microcomputadores e monitores de vídeo em atendimento à PNITI-JF (Resolução C-JF 355/2015).	100%	100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
42	24	Aquisição	Prover ferramentas e componentes de TI para manutenção corretiva dos equipamentos de microinformática não cobertos por assistência técnica.	100%	100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
43	17	Aquisição	Adquirir licenças de software de edição de vídeo para atendimento às necessidades da área educacional.	100%	100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
44	23	Aquisição	Prover tokens para a JF1.	20%	100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
45	21	Aquisição	Prover escâneres em atendimento à PNITI-JF (Resolução C-JF 355/2015).		100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
46	12	Aquisição	Prover serviço de comunicação de dados móvel para notebooks em atendimento à PNITI-JF (Resolução C-JF 355/2015).	20%	50%	100%	ATENDIMENT	DIATU	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
47	22	Aquisição	Prover leitores de código de barras para a JF1.		100%	100%	ATENDIMENT	SEAE1	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
48	27	Aquisição	Prover os softwares necessários à administração dos bancos e dos modelos de dados da JF1.	100%	100%	100%	SISTEMA	SEGS	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
49	33	Governança	Implantar o portal de transparência de TI para a divulgação das ações, deliberações e normas referentes à TI da JF1.	100%	100%	100%	GOVERNANÇ	NUGTI	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
50	31	Capacitação	Elaborar as trilhas de capacitação para suprir as necessidades de formação de competências de TI na JF1.	100%	100%	100%	GOVERNANÇ	NUGTI	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
51	58	Infraestrutura	Migrar a solução de monitoramento automático dos serviços e ativos de TI da JF1 para nova plataforma (Zabbix).	100%	100%	100%	INFRA	SEGIT	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às a	

**PORTARIA PRESI 8278300/2019 – ANEXO II**  
**PLANO DIRETOR DE TI DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO - PDTI-JF1**

PRIORIZAÇ ÃO	INICIATIVA DO PDTI-JF1 2018/2020				METAS			Unidade Responsável	ÁREA	ID	ALINHAMENTO OBJETIVO
	ID	CATEGORIA	INICIATIVA	2018	2019	2020	OBJETIVO TA				
57	98	Aquisição	Contratar subscrição, suporte e consultoria para o Banco de Dados utilizado pelo PJe imprescindível à complementação do contrato de apoio à sustentação de infraestrutura.	100%	100%	100%	SEBAN	INFRA	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
58	63	Processo	Implantar a solução adquirida para gestão de demandas de TI na JF1.	70%	100%	100%	SEGIT	INFRA	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
59	59	Infraestrutura	Concluir a integração das unidades da JF1 via VoIP, para aquelas localidades que possuem solução compatível.				SESOF	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
60	14	Aquisição	Atualizar e complementar licenças dos softwares servidores da Microsoft utilizados na JF1.	100%	100%	100%	SESOF	INFRA	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
61	52	Infraestrutura	Atualizar da versão 2003 para a última versão a solução de autenticação de usuários na rede da JF1 (domínio Microsoft Active Directory).	100%	100%	100%	SESOF	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
62	9	Aquisição	Descentralizar às seccionais o acesso à internet para as seções e subseções judiciárias, provendo solução de segurança de acesso à internet (firewall) para as seções e subseções judiciárias	10%	20%	50%	SESEI	INFRA	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
63	7	Infraestrutura	Descentralizar às seccionais o serviço de comunicação de dados de longa distância (WAN) para interligação das subseções às seções judiciárias, provendo serviço de comunicação de dados de longa distância (WAN) para interligação das seções judiciárias ao TRF1.	100%	100%	100%	SERED	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
64	48	Infraestrutura	Atualizar as unidades de armazenamento de dados (storages) da JF1 em atendimento à PNITI-JF (Resolução CJF 355/2015).	80%	100%	100%	SEECO	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
65	61	Infraestrutura	Criar uma sala de crises para tratamento por equipe multidisciplinar de incidentes mais complexos.	100%	100%	100%	SEGIT	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
66	50	Infraestrutura	Otimizar a infraestrutura de TI das subseções judiciárias, reduzindo-a ao mínimo possível.	30%	60%	100%	SEECO	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
67	35	Infraestrutura	Prover solução de segurança de acesso à internet (firewall) para o TRF1.				SESEI	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
68	46	Infraestrutura	Prover solução de auditoria para o ambiente computacional da JF1.	30%	100%	100%	SESOF	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
69	38	Infraestrutura	Atualizar os equipamentos servidores da JF1 em atendimento à PNITI-JF (Resolução CJF 355/2015).	40%	80%	100%	SEECO	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
70	39	Infraestrutura	Atualizar os equipamentos de rede de comunicação de dados dos CPDs da JF1 em atendimento à PNITI-JF (Resolução CJF 355/2015).	70%	100%	100%	SERED	INFRA	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
											Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at

**PORTARIA PRESI 8278300/2019 – ANEXO II  
PLANO DIRETOR DE TI DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO - PDTI-JF1**

PRIORIZAÇ ÃO	INICIATIVA DO PDTI-JF1 2018/2020				METAS			ÁREA	Unidade Responsável	ID	ALINHAMENTO OBJETIVO
	ID	CATEGORIA	INICIATIVA	2018	2019	2020					
							OBJETIVO TA				
77	Infraestrutura	54	Transferir o CPD do TRF1 para ambiente mais adequado à criticidade dos serviços e informações nele hospedados, implantando redundância do CPD do TRF1 em atendimento à PNITI-JF (Resolução C/JF 355/2015).		70%		INFRA	COINT	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às a	
78	Infraestrutura	36	Prover solução corporativa de comunicação sem fio (Wi-Fi) no TRF1 como piloto para a JF1.		20%		INFRA	SERED	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às a	
79	Sistema	73	Evoluir o Sistema de Magistrados para permitir Cálculo de Aposentadoria.	30%	100%		SISTEMA	SESPE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
80	Sistema	71	Evoluir o Sistema de Aquisição e Controle de Bens e Serviços - SICAM para: - permitir a amortização de softwares em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; - permitir o inventário de bens patrimoniais por meio de dispositivos móveis.	100%	100%		SISTEMA	SESGE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
81	Sistema	53	Desacoplar os sistemas de informação em uso na JF1 de forma a permitir que sejam atendidas individualmente por infraestruturas independentes.	20%	50%		SISTEMA	COSIS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
82	Processo	64	Documentar e regulamentar os ambientes de desenvolvimento, teste, homologação, treinamento e produção da JF1.	25%	100%		SISTEMA	SESGI	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
83	Sistema	68	Implantar Sistema de Auditoria.		100%		SISTEMA	SESGE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
84	Sistema	76	Prover Sistema de Controle Automatizado de Usuários para acesso à rede e aos sistemas de informação da JF1 (aprovisionamento automático de usuários de TI).	40%	60%		SISTEMA	SESGE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
85	Sistema	77	Prover novo sistema de Concurso de Juizes Federais na plataforma web.			10%	SISTEMA	SESPE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
86	Sistema	78	Prover novo Sistema de Gestão de Terceirizados na plataforma web.	10%	40%		SISTEMA	SESPE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
87	Sistema	83	Migrar para o SEI os processos do Sistema de Gerenciamento e Controle de Documentos e Processos Administrativos Digitais - e-Sisad e desativar o sistema.	10%	50%		SISTEMA	SESGE	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
88	Sistema	93	Evoluir a aplicação móvel Achei TRF1 para atender a toda a JF1.				SISTEMA	NUTEC-DF	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
89	Aquisição	18	Modernizar e expandir a solução de gravação audiovisual de sessões e audiências.	10%	100%		SISTEMA	COSIS	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
90	Aquisição	25	Prover solução de apresentação interativa para o memorial do TRF1.	20%	100%		SISTEMA	SEADS	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	

**PORTARIA PRESI 8278300/2019 – ANEXO II**  
**PLANO DIRETOR DE TI DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO - PDTI-JF1**

PRIORIZAÇÃO	INICIATIVA DO PDTI-JF1 2018/2020				METAS			ÁREA	Unidade Responsável	ID	ALINHAMENTO OBJETIVO
	ID	CATEGORIA	INICIATIVA	2018	2019	2020					
							OBJETIVO TA				
97	106	Infraestrutura	Prover sustentação da infraestrutura de TI	100%	100%	100%	INFRA	COINT	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
98	107	Governança	Rever o modelo de contratação de soluções de TI da JF1.	100%	100%	100%	GOVERNANÇ A	NUGTI	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
99	113	Infraestrutura	Centralização do serviço de correio eletrônico da JF1 (Exchange) no TRF1				INFRA	NUOPE	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
100	114	Sistema	Certidão estadual – eleitoral e integração PJE, revisão da certidão (Res 121 CNJ e Cogetab), certidão de advogados	50%	80%	100%	SISTEMA	SES11	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
101	115	Sistema	Refatorar a aplicação Gestão de Precatórios - Envio obrigatório para o CNJ no mês 08/2018 0026990-94,2015.4.01.8000	100%	100%	100%	SISTEMA	SES11	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
102	116	Sistema	Incluir validação de CPF/CNPJ no cadastro do JEF-Virtual	100%	100%	100%	SISTEMA	SEJUS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
103	117	Sistema	Carga das decisões monocráticas no novo esquema de cadastros de decisões do Oracle com vistas ao envio para o CJF. - Sostis 2014010001070010700160000060	10%	50%	100%	SISTEMA	SEJUS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
104	118	Sistema	Refatorar a Consulta processual Web 0025003-86,2016.4.01.8000 (Processual, Juris, JEF-Virtual) - muitas partes e sigilos	100%	100%	100%	SISTEMA	SES11	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
105	119	Sistema	Criar Módulo de Redistribuição para Especialização ou criação de vara - inclusive Pje	40%	80%	100%	SISTEMA	SES11	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
106	120	Sistema	Descontinuação do DW (Diest) (Juris, Processual, Cálculo, Jurisprudência e Precatórios) - integrar com Pje	100%	100%	100%	SISTEMA	SES12	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
107	121	Sistema	Evoluir os sistemas JEF-Virtual e Processual para atribuição automática ao Coordenador/Presidência concomitante ao registro de movimentação de conclusão (movimentações 5150-1/2/3).				SISTEMA	SEJUS	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas admim judiciais da JF1	
108	122	Aquisição	Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico ao sistema e-Prosocial				SISTEMA	DISAD	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
109	123	Aquisição	Atualização e Expansão da Solução de Tecnologia de Informação para Business Intelligence.	50%	100%	100%	SISTEMA	DIEST	OT-01	Consolidar o Sistema de Gov de TI da JF1.	
110	124	Infraestrutura	Evolução da segurança dos bancos de dados Oracle				INFRA	SEBAN	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
111	125	Infraestrutura	Redundância dos banco de dados Oracle do TRF1				INFRA	SEBAN	OT-03	Garantir a infraestrutura e os tecnológicos adequados às at	
			Estudo e implementação da consulta processual utilizando solução de							Garantir a infraestrutura e os	

**PORTARIA PRESI 8278300/2019 – ANEXO II  
PLANO DIRETOR DE TI DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO - PDTI-JF1**

PRIORIZAÇÃO	INICIATIVA DO PDTI-JF1 2018/2020					METAS			Unidade Responsável	ÁREA	ID	ALINHAMENTO OBJETIVO
	ID	CATEGORIA	INICIATIVA	2018	2019	2020	OBJETIVO TA					
118	133	Sistema	Implementar as ações de TI decorrentes da especialização de varas criminais				SES11	SISTEMA	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1		
119	134	Sistema	Implementar as ações de TI decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica n. 0007/2018 entre a Justiça Federal e a Polícia Federal, com o objetivo de promover o intercâmbio eletrônico de informações criminais, por meio do sistema SINIC, visando à prevenção e à repressão da criminalidade no Brasil.				SES11	SISTEMA	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1		
120	135	Sistema	Adaptar os sistemas de informação para permitir a realização de teletrabalho					SISTEMA	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1		
121	136	Sistema	Solução para diminuição ou cessação dos pedidos de certidão de inteiro teor					SISTEMA	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1		
121	136	Sistema	Criação do Banco de Antecedentes Disciplinares Dos Magistrados – BADM					SISTEMA	OT-02	Prover e ampliar as soluções suportam as demandas administrativas da JF1		